

Revista de Ensino de Geografia

Desde 2010 - ISSN 2179-4510

Publicação semestral do Laboratório de Ensino de Geografia – LEGEO
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva – IGESC
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

ARTIGO

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E MEDIDAS DE AÇÃO CONTRA ATAQUES DE CAUSADOR DE EVENTO CRÍTICO OU ATIRADOR ATIVO EM AMBIENTES ESCOLARES

Wilcilene da Silva Corrêa Coêlho¹

RESUMO

Diante de uma realidade onde violentos ataques a ambientes escolares têm se tornado mais frequentes no Brasil, destaca-se nesse estudo a importância da educação geográfica desde os anos iniciais como conhecimento a ser mais explorado no ambiente escolar a partir dos conceitos geográficos lugar e território. O Brasil ainda não possui protocolos específicos para as ações civis diante do contexto de eventos críticos em ambiente escolar, no entanto, existem protocolos civis divulgados por renomadas agências de segurança nacionais e internacionais, para as quais a participação da comunidade escolar é ímpar primeiramente na prevenção, e em último caso, na tentativa de minimizar os danos provocados por causador do evento crítico ou atirador ativo. Para conter essa realidade relativamente recente no Brasil, são válidas as propostas de forte intolerância ao bullying e inserção de uma cultura de paz nos currículos escolares, tornando a escola um lugar cada vez mais seguro e acolhedor.

Palavras-chave: Educação geográfica. Lugar e Território. Evento crítico. Atirador Ativo. Protocolo civil.

1 EVENTOS CRÍTICOS EM AMBIENTE ESCOLAR: CONCEITOS E BREVE HISTÓRICO

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer quem é o Causador de Evento Crítico (CEC) ou ainda, Atirador Ativo (AA) no ambiente escolar que tem, erroneamente, ganhado manchetes nos últimos anos e infelizmente, devido aos casos mais frequentes, nos últimos

¹ Doutoranda e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (IBESTE) e em Geografia da Amazônia Brasileira (UFAM). Professora de Geografia de ensino fundamental e médio da rede privada de educação em Manaus-AM. E-mail: prof.wilcilenecorreia@hotmail.com

meses no Brasil. O CEC é o criminoso provocador de situações críticas de violência nos ambientes escolares.

São considerados eventos críticos, ocorrências que exigem respostas especiais por parte da polícia, como sequestros, rebeliões em presídios, assaltos com tomadas de reféns, ataques terroristas, tentativa de suicídio, artefatos de explosivo, acidentes de grande proporção, **atiradores em locais públicos, como nas escolas**, entre outros, os quais necessitam da atuação de equipes policiais com rapidez e aceitabilidade legal, ética e moral. (Eichstaedt *apud* Monteiro, 2020, p. 1) [grifo nosso].

Mas vale ressaltar que a maior quantidade de intervenções nos primeiros momentos após esse tipo de intercorrência violenta acaba sendo realizada pelos próprios atores do ambiente escolar, devido ao fato de que estes já se encontram no local no momento da ocorrência, e acabam por intervir na tentativa de neutralizar o CEC ou AA.

Eichstaedt citado por Monteiro (2020, p. 1) classifica os CEC's em três grupos: o criminoso comum, o emocionalmente perturbado e o fanático político ou religioso. O tipo que mais se aplica ao contexto deste artigo é o emocionalmente perturbado, que pode ser um desequilibrado crônico ou alguém que não conseguiu lidar com seus problemas sociais, afetivos, de trabalho ou familiares.

Ainda sobre o perfil do CEC:

O segundo tipo criminoso é o emocionalmente perturbado. Pode ser um psicopata que esteja completamente isolado da realidade. O exemplo clássico desse tipo de perpetrador de crises no Brasil é o daquele desempregado que se apropriou de um avião da VARIG, em Goiânia/GO, em novembro de 1988, exigindo que o piloto lançasse o avião sobre o Palácio do Planalto, “para matar o Presidente José Sarney” (EICHSTAEDT *apud* MONTEIRO, 2020, p. 1).

Em nível mundial, os Estados Unidos são o país que mais sofre historicamente com ataques de AA, especialmente em ambiente escolar. Vale citar que:

Desde abril de 1999, quando dois estudantes abriram fogo contra colegas na Columbine High School (no Colorado), em um episódio considerado como o marco inicial de uma tendência de violência escolar no país (e no mundo), foram ao menos 377 ataques do tipo nos EUA, de acordo com um levantamento feito pelo jornal The Washington Post, que rastreia os casos na ausência de dados oficiais do assunto (OSUL, 2023).

Há um paradoxo nessa questão, já que os Estados Unidos têm realizado investimentos cada vez mais fortes nas medidas de segurança escolar e, no entanto, o número de ataques em escolas e universidades tem crescido a cada ano, de acordo com a fonte supracitada. "Em

nenhum ano, porém, houve mais ataques do que em 2022: foram 47 no total. E o pico anterior não estava distante: aconteceu em 2021, com 42 casos" (OSUL, 2023).

Alguns especialistas denominam de efeito copycat ou efeito Columbine o fato de que algumas pessoas se inspiram para imitar os ataques criminosos em busca de fama e notoriedade por meio das mídias tradicionais e, mais recentemente, pelas redes sociais. Follman e Andrews (2015) destacam que Columbine desencadeou uma verdadeira obsessão que ainda alimenta tramas e ataques violentos num verdadeiro culto de seguidores nunca antes visto.

Em extensa pesquisa em documentos e reportagens, Follman e Andrews (2015) encontraram que ao menos 74 planos ou ataques em 30 estados norte-americanos foram inspirados em Columbine, em ao menos 14 casos se pretendia atacar no aniversário do massacre e em 13 deles, o objetivo era superar o número de mortos. Em 10 casos ainda, os suspeitos agressores se referiram à dupla como heróis, ídolos, mártires ou mesmo deuses.

E neste sentido, Beckett (2018) fala da importância de não haver notoriedade ao CEC ou AA pela mídia, que deve colaborar para minimizar o efeito copycat, evitando ainda mais ocorrências do mesmo tipo. A abordagem desastrosa de dar capa e manchete principal com fotografia de agressores é largamente criticada e, em contrapartida, a ideia é dar foco às vítimas ou aos sobreviventes, reduzindo material capaz de subsidiar novos casos com esse efeito de contágio.

Tal situação tornou-se inclusive foco de uma campanha denominada "No Notoriety" (Sem Notoriedade), e ultrapassa a responsabilidade dos veículos de imprensa, já que hoje as redes sociais permitem que qualquer pessoa seja produtora e disseminadora de conteúdos em meio digital. Portanto, todos nós somos co-responsáveis pelo que é disseminado nesse ambiente.

Nacionalmente, os ataques com atiradores ativos ou causadores de eventos críticos nunca foi comum em um contexto histórico. No entanto, sua frequência tem aumentado significativamente nos últimos anos. Desse modo,

O Brasil, que sempre esteve habituado a notícias de crimes ao patrimônio, crimes em residências, estabelecimentos comerciais e latrocínios, tem começado a ver um crescente número de tiroteios e ataques a escolas. Alguns exemplos são o massacre que aconteceu em uma escola de Janaúba, Minas Gerais, em 5 de outubro de 2017, e o ataque à creche no município de Saudades, Santa Catarina, em 4 de maio de 2021. Em ambos os casos, a violência do agressor ativo e a vulnerabilidade dos locais contribuíram para a amplitude da tragédia (ARMSA, 2022).

Não se pode deixar de destacar que os ataques no Brasil seguem outro *modus operandi*, haja vista que o acesso a armas de fogo é mais restrito do que nos EUA. Por aqui, os CECs estão munidos, em geral, de armas brancas (machadinhas, facas, armas caseiras ou de colecionadores). Em Manaus, por exemplo, no mês de abril de 2023 um adolescente deixou três pessoas feridas a machadinha numa escola da rede privada, motivando uma onda de ameaças que inclusive, prometiam um ataque em massa no aniversário do evento crítico histórico de Columbine. E os eventos críticos não são realizados ao acaso, pois:

Os ataques às escolas não são aleatórios e muitas vezes são planejados com antecedência. Em 93% dos incidentes de violência escolar direcionada, o perpetrador planejou o ataque com antecedência. Em 81% dos incidentes planejados, outras pessoas souberam do ataque com antecedência. Outros alunos e colegas geralmente são os primeiros a saber sobre um ataque iminente (FBI, 2017, p 6).

Novamente aparece o dado alarmante de 93% dos incidentes de violência escolar direcionada, onde o aluno se envolveu em algum comportamento antes do ataque que deveria ter sido capaz de suscitar preocupação, e esse dado sugere que alguns aspectos da violência escolar podem ser evitados a partir de atenção, denúncia, avaliação e compartilhamento de informações com órgãos competentes.

Nesse contexto, Machado (2023) afirma que a prevenção deve sempre ser considerada e, dessa forma, os contextos críticos surgem por alguma falha em sistemas preventivos. Uma crise, quando se instaura, já deu sinais anteriores de que aquele aspecto necessitava de cuidados específicos que não recebeu, e para isso existe a gestão de riscos, que ainda é pouco implementada no Brasil.

É a partir dela que se dá o mapeamento de sinais que o entorno emite e que podem indicar riscos, culminando em crises como os ataques a escolas. É através dela que cenários são antecipados no intuito de se chegar a melhores respostas de ação. Nessa direção, a contenção dos ataques a escolas passa pela gestão de riscos com vistas à prevenção e não apenas ao gerenciamento do fato já consumado (MACHADO, 2023, p. 1).

Vale ressaltar que não são apenas investimentos em equipamentos de segurança e detectores de metais que irão resolver o problema, como nos mostra a experiência norte-americana. Alguns fatores causadores destacados por Forni (2023) citado em Machado (2023) são: riscos detectados, causas dos acontecimentos e sinais que a comunidade escolar dá a conflitos e bullying, disseminação e consumo de discursos de ódio na internet, efeitos

psicológicos da pandemia, política armamentista e cultura de violência em redes sociais sem regulação.

Algumas das orientações aos pais e responsáveis são: observar comportamento de isolamento ou agressividade; monitoramento de sites, jogos e redes sociais que os filhos acessam; revisão dos materiais escolares diariamente; conversar com os filhos sobre temas comumente presentes em práticas de discriminação, intolerância e bullying e, monitoramento da qualidade da saúde mental dos filhos, além de busca por ajuda especializada (MACHADO, 2023).

As escolas, são recomendadas ações como identificar e tomar medidas em casos de bullying e conflitos; não compartilhar boatos sobre possíveis ataques; desenvolver atividades voltadas à educação midiática, alfabetização digital, acolhimento e escuta ativa e prevenção à violência; identificar e monitorar alunos com comportamento agressivo; realizar treinamento e capacitações para situações de emergência e primeiros socorros para funcionários e estudantes (IDEM, 2023).

Dessa forma, além da escola exercendo seu papel na educação formal e na convivência coletiva, vale citar o papel da família que é primordial, pois uma gestão efetiva de riscos deve ter início nos lares dos estudantes, com a supervisão e atuação de pais, tutores e responsáveis. Agir nesse sentido é fator multidisciplinar, integrado e multissetorial (escola, família, mídia formal e informal, governos e sociedade).

Faz-se necessário retomar momentos de acolhimento e tempo de qualidade no contexto familiar, atenção às necessidades das crianças e adolescentes no contexto escolar e mudanças de comportamento. A atuação governamental também precisa ser fortalecida por ações efetivas de segurança. Quanto à escola, no que concerne ao objetivo deste artigo, a seguir destaca-se a relação entre o conhecimento de conceitos e noções geográficas servindo de base para a atuação em situações críticas.

2 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E EVENTOS CRÍTICOS: COMO AGIR BASEADO NO CONHECIMENTO DO ESPAÇO ESCOLAR ENQUANTO LUGAR E TERRITÓRIO?

A Geografia é uma ciência que perpassa por toda a história da humanidade. Na sua relação com o espaço geográfico, o ser humano sempre teve a necessidade de compreensão de causas e consequências de todos os fenômenos que observavam ao seu redor. Nesse contexto, a Geografia dos povos da Antiguidade como os gregos e suas observações dos astros, por

exemplo, trouxe evoluções para aquela época que acompanham a ciência até a atualidade, como as direções norte, sul, leste e oeste.

Mas ao longo de sua evolução, a ciência geográfica passa pela parcelização dos conhecimentos, a inculcação de ideologias nacionalistas, a ruptura com os conceitos europeizados, a busca por uma geografia mais nacional, feita por e para brasileiros em detrimento da europeização (CORRÊA, 2019). E a disciplina escolar, muitas vezes, ficou distante das produções acadêmicas, apenas como reflexo da escolha aleatória de conteúdos e uso do livro didático como única fonte de conhecimentos... a denominada Geografia Tradicional.

Portanto, o movimento dessa ciência está ligado à dinâmica da vida cotidiana e ocorre da escola para a universidade, e apesar de fazer parte dos primórdios da humanidade, é somente no século XIX que a Geografia se institucionaliza enquanto ciência universitária. E ao longo de sua história, essa ciência segue se modificando e se modernizando, se distanciando de suas primeiras versões, onde era especialmente lembrada como um saber mnemônico.

Por vezes, essa disciplina que foi e ainda é vista como maçante, simplória e descriptiva, desde Lacoste (1988), sofreu com a dificuldade de estabelecimento do seu método, de prática. Foi inclusive associada ao clássico que a conectava ao saber estratégico e militar: a Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra (Idem, 1988).

Tal ligação entre a Geografia e as guerras se deve ao fato de que, num embate, quem possui maior conhecimento do seu espaço geográfico, do seu território ou lugar, acaba conseguindo criar as melhores estratégias combinando os conhecimentos adquiridos com sua vivência no espaço com o conhecimento necessário para manter sua situação de superioridade, poder ou domínio.

Saber Geografia é bem mais que decorar tamanhos de rios, alturas de montanhas e capitais de países ou estados... essa ciência na prática implica observar seu espaço, conhecer seu território, estabelecer relações com os lugares e ter referências geográficas cotidianas.

Essas relações nos trazem a ideia de uma educação geográfica em detrimento do velho ensino de Geografia, visto que: “A educação geográfica contribui para que os alunos reconheçam a ação social e cultural de diferentes lugares, as interações entre as sociedades e a dinâmica da natureza que ocorrem em diferentes momentos históricos” (CASTELLAR; VILHENA, 2011, p. 8).

No Brasil, a busca por uma Geografia renovada, mais crítica e contextualizada se mostra mais intensamente a partir da década de 1970, com repercussões mais marcadas na

academia, chegando mais descompassada e lentamente ao ensino de Geografia escolar, o que dificultou a capacidade do aluno de articular espaço e poder. Mas ainda na década anterior no Brasil, a busca por uma Geografia com método mais contextualizado já era realidade com o movimento escolanovista. Vlach (1987) destaca a perspectiva de professor e aluno enquanto sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, a partir de uma produção conjunta em sala de aula.

Nesse contexto, alguns importantes conceitos geográficos como território e lugar podem ser destacados. De acordo com Raffestin (1993) o território é formado a partir do espaço, que apropriado por um ator de modo concreto ou abstrato, acaba por territorializá-lo. Portanto, território pressupõe relações marcadas por poder e apropriação.

Território pode ter ao menos três dimensões ou vertentes básicas, ligadas à política, como espaço delimitado e controlado através do qual se exerce poder; cultural, subjetivo, como produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao espaço; e econômica, como fonte de recursos no embate entre classes e na relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2004).

Raffestin nos lembra que "toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem" (RAFFESTIN, 1993, p. 3). Até mesmo o desenvolvimento cartográfico é marcado pelos interesses, tornando-se instrumento de poder.

Já o lugar enquanto conceito geográfico, está para além da ideia simplista de localização, utilizada inicialmente na própria ciência geográfica, mas está fortemente ligada às experiências vividas sobre aquele espaço. De acordo com Holzer (2003), por isso mesmo ficou em segundo plano nos estudos geográficos, tendo sido desvalorizado em detrimento dos demais conceitos.

Em Dardel (2015), destaca-se a importância do conceito de lugar enquanto espaço de relação concreta entre o homem e a Terra, relação orgânica, de existência e destino. Aqui pode-se abordar a ideia de geograficidade, enquanto forma de vida e existência, traduzindo em vivências e atos as observações que o ser humano faz sobre o mundo.

Neste sentido, Tuan (2013) destaca a ideia de um lugar que é construído a partir da experiência e dos sentidos, dando valor e levando em conta a importância da existência, misturando o corpo à cultura, história, relações sociais e paisagem. O homem não é tão somente um ser sobre os lugares com os quais não possui conexão, mas é um com os lugares. Para ele, a experiência é o termo-chave do lugar:

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam

desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, o paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização (TUAN, 2013, p. 17).

O ambiente escolar também pode ser entendido como espaço geográfico, lugar e território. A escola é lugar de vida, de relações, de trabalho, de aprendizagens e descobertas, e também de produção de conhecimentos. De acordo com Ribeiro *et al.* (2015, p. 7), "Fazer a leitura da escola é, para a comunidade escolar, fazer a leitura do lugar, do território, do espaço usado, para melhor compreender o próprio mundo". O lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida em si mesma.

No caso desses conceitos geográficos, o ambiente escolar enquanto território precisa ser conhecido do ponto de vista estrutural em casos de eventos críticos. Pode-se destacar um modelo desse conhecimento acerca do prédio ou da unidade de acordo com Silva *et al.* (2018):

Garantir o rápido conhecimento da unidade: manter duas cópias de plantas (01 para centro de gerenciamento de crise e 01 para posto de comando tático) estruturais, elétricas e hidráulicas; possuir uma maquete da área de segurança da unidade; manter plantas reduzidas (SILVA *et al.*, 2018, p. 67).

A escola é lugar de experiências vividas dos alunos, mas vale lembrar que tais experiências podem ser positivas ou negativas, já que são também reflexo e espaço de reprodução social. E nesse contexto, sem entrar no mérito das causas, a escola pode se tornar espaço de violência simbólica ou escancarada, em atitudes que já foram vistas como brincadeiras e hoje são mais fortemente entendidas como bullying.

Retornando à ideia do bullying enquanto principal desencadeador de eventos críticos (mas não somente este), qual é a postura que a gestão do ambiente escolar deve tomar diante de um contexto ameaçador? Como fortalecer o reconhecimento da escola enquanto lugar de experiências positivas e da construção conjunta de uma cultura de paz?

Já que nem os massivos investimentos norte-americanos em segurança têm sido suficientes para conter as ondas de violência e sucessivos ataques, de que forma é possível retomar o papel da escola enquanto local de referências positivas e experiências felizes? Essas são questões a serem levadas em consideração com maior eficácia diante da realidade. A seguir, trata-se a questão da cultura de paz como prática escolar multidisciplinar e por fim, possibilidades de ação em defesa da vida.

3 CULTURA DE PAZ E A REALIDADE BRASILEIRA: COMO É POSSÍVEL AGIR?

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), tem como missão a promoção da cultura de paz. No seu preâmbulo essa agência prevê que se as guerras começam na mente dos homens, é nela também que as defesas da paz precisam ser construídas (DISKIN; ROIZMAN, 2021).

A UNESCO preconiza ainda que são seis os princípios básicos para a construção de uma cultura de paz em seu entorno: respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; e redescobrir a solidariedade. A partir destes princípios que podem ser trabalhados no ambiente escolar de maneira interdisciplinar, a ideia é construir bases sólidas para a promoção da cultura de paz, visando uma nova educação com valores democráticos e assim, reduzir as desigualdades e os níveis de violência e discriminação, visando uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Construir relacionamentos de confiança antes de qualquer incidente é uma das metas estabelecidas também pelo Departamento de Investigação Federal norte-americano (FBI, 2017). Para tanto, sugere-se ter comunicação positiva com os alunos, dar-lhes a segurança de que alguém se importa com eles e que serão ouvidos. Os alunos precisam se sentir conectados e apoiados, devem perceber que a comunidade escolar se preocupa com eles e se interessa por como está seu dia, por suas vidas. "Seja um adulto de confiança a quem os alunos possam recorrer" (Idem, 2017, p. 4).

Em relação ao bullying, que é entendido como um precursor da violência escolar, a sugestão é de que a escola crie um ambiente de intolerância completa a essa prática, fomentando programas anti-bullying com formas de prevenção e educação sobre o que fazer ou a quem recorrer em caso de ocorrências de bullying.

Incentivar formas não violentas de resolver conflitos deve ser uma prática constante no lar e ambiente escolar, já que tais situações conflituosas podem levar a ressentimentos e busca por vingança. Três ações são consideradas neste quesito: ensinar que a violência é inapropriada, educar sobre estratégias não violentas como mediação entre pares e escuta ativa, e promover uma comunicação respeitosa entre os alunos (FBI, 2017, p. 5).

É de grande importância ainda a promoção de debates e projetos que diferenciem a busca por ajuda com quem realmente pode promover uma resolução da questão do delatar ou dedurar: quando alguém está em situação de risco, a maior relevância está em resolver o problema. Além disso, orientações para a não utilização as redes sociais em situações de

emergência como maneira de propagação de notícias e pânico também são importantes questões a serem consideradas.

Minozzo *et al.* (2023) destacam que é importante tranquilizar a comunidade escolar, realizar acolhimento da mesma e promover uma cultura de paz, que mesmo a longo prazo é um caminho para prevenir ataques no ambiente escolar. Mesmo que não seja uma garantia da mudança, a força mais poderosa para a resolução de desafios é a não violência através de um ambiente de respeito às diferenças, resolução de conflitos por diálogo, democracia e negociação.

Sendo a cultura de paz uma alternativa de longo prazo, a curto prazo faz-se necessário saber como agir em casos de eventos críticos com CEC ou AA. No entanto, devido aos casos de eventos críticos no Brasil não terem histórico tão antigo de ocorrências em ambientes escolares, a legislação brasileira ainda não possui protocolos específicos para essa pertinente situação.

A partir do ataque à escola de Suzano e à E. E. Raul Brasil (2019), entrou em vigor no estado de São Paulo em 2021 a Lei 17.341/2021, que prevê reforço de segurança no ambiente escolar e arredores, treinamento e capacitação dos profissionais dos colégios e promoção da cultura da não-violência.

Reina (2023) afirma que a crescente onda dos ataques nas escolas públicas e particulares pede resposta do Estado em todos os níveis de governo diante das cobranças mediante o pânico e a mobilização da sociedade em geral. Dentre as medidas a serem implementadas estão ações extra e intraescolares, trabalho intersetorial e ação efetiva de gestão.

A seguir, destacam-se ações em importantes setores em relação à legislação vigente, que são, de acordo com os especialistas ouvidos no estudo de Reina (2023):

- leis contra o uso ou manuseio de armas de fogo mirins (existem centros de treinamento para crianças a partir de cinco anos de idade);
- medidas para garantir direitos das crianças e prevenir o desrespeito a estes em ambiente digital;
- trabalho pedagógico em educação crítica da mídia e combate à desinformação;
- fazer punir, sem leis vagas ou genéricas, símbolos de conteúdo supremacista;
- inspeção em redes sociais como possíveis fontes de disseminação de conteúdos sobre o tema;
- a inserção de artefatos de monitoramento como catracas e detectores de metais não resolverão o problema e tendem a deixar o ambiente mais insalubre;

- discrepância pedagógica na elaboração de projetos de lei sobre o tema; e
- necessidade de aprimoramento da legislação penal e a melhor definição normativa de crimes de ódio.

Desse modo, essa seção do artigo está embasada em material de domínio público na internet, através do Departamento de Investigação Federal dos Estados Unidos (FBI), que disponibiliza um documento desde 2017 com "conselhos práticos coletados de escritórios de recursos escolares experientes sobre como a aplicação da lei, as escolas e os distritos podem trabalhar juntos para manter as escolas seguras" (FBI, 2017).

Uma agência nacional da rede privada de ensino que adota protocolos norte-americanos e tem treinado seus colaboradores é a Adventist Risk Management - ARM Sul-Americana, organismo pertencente à Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), cujo objetivo é garantir proteção e segurança de estudantes nas escolas e de membros nas igrejas, por meio de identificação, análise, diagnóstico e recomendações de proteções que atendam às suas necessidades, minimizando riscos.

Cada escola é única e dessa forma, suas necessidades devem ser atendidas de acordo com suas particularidades (FBI, 2017, p. 1). A administração escolar precisa avaliar a necessidade e estabelecer parcerias e relacionamento com a polícia local, determinando sua atuação no entorno da escola, visando a eficácia e a divisão de papéis das partes envolvidas.

Inclusive, entre as partes envolvidas, figuram os professores, demais funcionários, administradores escolares e até mesmo a segurança pública ou privada. Por já estarem presentes no ambiente no momento da ocorrência de eventos críticos, que é uma ocorrência caracterizada pela rapidez e a busca pelo maior número de vítimas em pouco tempo, são os agentes escolares que devem estar treinados para atuar nesse tipo de ocorrência, cuja atuação pode acabar intervindo de maneira positiva em duas situações: na redução do número de vítimas e na contenção do CEC ou AA.

Outra questão de extrema importância ao lidar com jovens, são os desafios únicos das faixas de desenvolvimento e as considerações legais que envolvem essa faixa etária. Portanto, a gabaritada agência de segurança norte-americana preconiza que se deve considerar, entre outros fatores: compartilhamento de informações e leis relativas a menores; resolução de problemas; segurança escolar; avaliação de ameaças; desenvolvimento do adolescente; saúde mental; conscientização sobre drogas e abuso de substâncias; disciplina escolar e código de conduta, entre outros.

Entendendo que todos os ambientes escolares devem estabelecer planos de ação para os casos de ataque, o FBI sugere que as escolas devem:

- Realizar uma pesquisa anual de clima escolar para avaliar os pontos fortes, identificar as áreas que precisam ser melhoradas e monitorar o progresso.
- Acompanhar as estatísticas e ameaças de crimes escolares para avaliar as mudanças ao longo do tempo e identificar o que está funcionando e o que não está.
- Após os incidentes de violência escolar direcionada, considere como seu plano de gerenciamento de crise atual teria se saído se o evento acontecesse em sua escola.
- Ajuste conforme necessário (FBI, 2017, p. 2).

Outro fator de extrema importância é a comunicação. São sugeridas reuniões mensais ou trimestrais, evitando-se assim a perda de comunicação com os alunos e o não atendimento de suas necessidades. A cada aula ou nos intervalos, os professores e demais funcionários podem e devem estar atentos às reclamações que, na realidade, podem representar pedidos de socorro para alguma situação capaz de desencadear este tipo de evento violento e traumático para todo o ambiente escolar. A comunicação clara com os pais e responsáveis, tanto positiva quanto preocupante, também é sugerida.

Como ainda são ações pontuais no Brasil voltadas para a orientação, treinamento e simulação de situações de risco, encontrou-se no site da prefeitura municipal de Curitiba (PR) o Programa Conhecer para Prevenir, cujo principal objetivo é o de tornar as escolas municipais ou particulares em espaços mais seguros para toda a comunidade. Através de capacitações que integram desde palestras a teatro de fantoches, a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Defesa Civil visa "promover a mudança de cultura pela educação, para reduzir o número de incidentes e riscos de desastres, bem como de vítimas, e minimizar os danos, inclusive ao meio ambiente, nestas situações de crise" (Curitiba, s. d.).

Há ao menos duas ideias interessantes a destacar deste programa e que podem, a partir de legislação vigente, ser adaptadas para as diferentes realidades em escolas por todo o país, além da integração dos conteúdos de prevenção e planos emergenciais aos currículos e ao calendário escolar. A primeira é a formação da Brigada de Emergência da Escola, que visa multiplicar a toda a comunidade escolar conhecimentos acerca das ações viáveis, onde cada integrante tem uma função pré-definida a desempenhar em caso de ocorrência crítica. E a segunda, se refere ao treinamento dos alunos:

Alunos recebem treinamentos e fazem simulados sobre “dois protocolos”: o abandono de uma edificação em caso de sinistro (como incêndio, ataque de abelha, inundação, vazamento de gás, desabamento) ou sua permanência no local (**caso haja invasão da unidade ou disparo de arma de fogo, dentro do terreno ou nos arredores; presença ou ataque de animal peçonhento etc.**) [grifo nosso] (Idem).

Entende-se que há a necessidade de que todos aqueles que compõem a comunidade

escolar tenham conhecimento acerca de como é possível agir de maneira a reduzir as mortes e os impactos negativos nessas situações. Apesar das particularidades em lidar com o público com idade tão reduzida, as agências que trabalham com esse tipo de atividade entendem que quanto mais se estiver preparado para uma ocasião crítica, maiores serão as chances de agir de maneira racional e organizada, a ponto de preservar sua vida como bem mais precioso.

Faz-se necessário e urgente que a legislação brasileira contemple a possibilidade de treinamento da comunidade escolar como um todo, e um esforço integrado dos profissionais das áreas de segurança, educação, psicologia e desenvolvimento infanto-juvenil entre outras se desdobrem a produzir os protocolos aplicados à realidade nacional, especialmente diante do aumento considerável do número de ataques a ambientes escolares nos últimos anos.

A partir daqui, serão destacados dois protocolos civis para utilização em casos de ataque com Causador de Evento Crítico ou Atirador Ativo. Vale lembrar que ninguém conseguirá se tornar um agente policial ou de operações especiais a partir desses conhecimentos, esse não é o objetivo. No entanto, estando em estado de alerta e atento aos sinais (bandeiras vermelhas, ou red flags), é possível que situações mais graves sejam evitadas e muitas vidas sejam salvas.

O primeiro protocolo é o OODA, adaptado de John Boyd, estrategista militar pouco conhecido (SANTOS, 2023). Cada letra representa uma importante ação no contexto de ataques:

A ideia está centrada em uma ferramenta estratégica incrível: o Ciclo OODA – Observe, Oriente, Decida, Aja. As nações em todo o mundo e até organizações terroristas usam o Ciclo OODA como parte de sua estratégia militar. Ele também foi adotado pelas empresas para ajudá-las a prosperar em uma economia volátil e altamente competitiva. Não é “inovador” no sentido de revelar uma visão nunca antes concebida; em vez disso, seu poder está no modo como explicita, o que geralmente é implícito (SANTOS, 2023).

Conforme Santos (2023) destaca, este protocolo é muito antigo e está em uso por meio de adaptações nas mais diversas áreas, inclusive na gestão estratégica de empresas. Ele afirma ainda que o ciclo OODA é mais que uma estratégia, mas pode ser entendido como um modo de pensar para lidar com incertezas e aprender a partir das experiências utilizando o ciclo.

Para começar, a letra O vem de Observação: levar em conta novas informações sobre o ambiente em mudança, torna a mente em um sistema aberto, capacitado para obtenção do conhecimento e compreensão para formar novos modelos mentais. O autor evoca ainda a importância da consciência situacional: estar em alerta, mesmo que relaxado (condição amarela).

Isso muda a forma de ver todo e qualquer ambiente em que se está presente, identificando saídas de emergência, saídas mais próximas, obstáculos possíveis e pessoas com comportamentos entendidos como anormais ao ambiente, onde o conhecimento do espaço geográfico se mostra necessário.

A segunda letra O é a Orientação: o passo mais importante, pois molda nossos modelos mentais sobre como nos orientamos em ambientes que mudam rapidamente. Aqui Boyd nos fala de destruição dedutiva e indução criativa, que são como desfazer o que conhecemos e recriar algo completamente novo em face de uma situação que acontece rapidamente ao nosso redor (SANTOS, 2023). Conheço o espaço, tenho noção de uma saída de emergência mas não posso utilizá-la agora... o que pode ser feito?

A terceira letra se refere à Decidir: segundo o criador da metodologia, é o componente onde ocorre a decisão entre as alternativas (ou hipóteses) de ação geradas na fase anterior, na Orientação. De acordo com Santos (2023), nunca será uma decisão completa ou perfeita, devido ao princípio da incerteza, mas será boa o suficiente para o que se tem naquele momento.

Assim, "Quando decidimos, estamos essencialmente avançando com nossa melhor hipótese - nossa melhor 'estimativa' - sobre qual modelo mental funcionará" (SANTOS, 2023, p. 1). E para avaliar a qualidade dessa hipótese, resta apenas a última letra ou o último passo desse protocolo, que é a Ação.

O Agir: Ao lado desse esboço, Boyd deixa escrita a expressão Test, sugerindo mais uma vez que essa metodologia é também de aprendizagem e não somente de decisão imediata. É a partir da ação que é possível compreender a capacidade de avaliar os modelos mentais criados e se não estiverem, reinicia-se o ciclo OODA com a contribuição dos novos dados observados.

Temos que ter uma imagem em nossa cabeça, a qual chamamos de orientação. Então nós temos que tomar uma decisão sobre o que vamos fazer, e então implementar a decisão.... Então nós olhamos para a ação [resultante], mais nossa observação, e nós arrastamos novos dados, nova orientação, nova decisão, nova ação, ad infinitum... (JOHN BOYD *apud* SANTOS, 2023, p.2).

O segundo protocolo civil a ser destacado é o ADD cuja sigla significa Avoid (Evitar); Deny (Bloquear) e Defend (Defender). ADD é um método desenvolvido pela Texas State University por meio do programa ALERRT (em português, Treinamento Avançado de Resposta Rápida para Aplicação da Lei).

Esse treinamento, que inicialmente (2002) era direcionado apenas para policiais, trouxe questionamentos acerca do que os indivíduos comuns poderiam fazer a fim de se proteger e reduzir os riscos durante um evento crítico de maneira fácil de ser lembrada e colocada em prática, já que apenas se esconder e esperar não se mostra como uma estratégia eficaz (ALERRT, s.d.).

De acordo com essa plataforma:

- Evitar está ligado ao estado de alerta da pessoa: estar atento ao que ocorre ao redor, ter um plano de saída, afastar-se da ameaça, manter distância;
- Negar (ou bloquear) está relacionado a criar formas de impedir ou retardar a ameaça de chegar até você: criar barreiras, apagar as luzes e silenciar qualquer fonte de luz ou som, como computadores e telefones celulares;
- Defender tem a ver com seu direito de se proteger: na falha das duas tentativas anteriores, resta lutar por sua vida e defender-se de maneira forte e comprometida com sua sobrevivência.

Aqui cabe uma reflexão: ao entrar em um restaurante ou shopping, questione-se sobre como faria para escapar ou preservar sua vida naquele lugar em caso de evento crítico. Não se pode deixar de realizar as atividades corriqueiras e viver é por si só, um risco. Cabe, no entanto, estar sempre em condição amarela, ou seja, em estado de alerta ou atenção mesmo estando relaxado... isso passa a ser uma questão de sobrevivência.

E em qualquer espaço geográfico em que se esteja, a educação geográfica pode fazer grande diferença para que as pessoas possam não apenas localizar-se, mas até mesmo ampliar suas chances de sobrevivência em casos de eventos críticos, conhecendo seu lugar ou território, lugar de vivências e experiências.

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a educação geográfica contribui para o conceito de identidade, que pode se expressar de diferentes maneiras.

Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura). Essa interação visa à resolução de problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança etc. (BRASIL, 2018, p. 359).

Este documento normativo, inclusive nas habilidades, descreve a importância de elementos geográficos no local de vivência do aluno, pontos de referência a partir do seu próprio corpo e a aplicação de princípios de localização e referenciais espaciais, por meio de representações da sala de aula e da escola, denotando a importância desses ambientes no cotidiano estudantil.

Sendo assim, fica perceptível por esse ângulo a importância que a Geografia tem enquanto uma ciência do cotidiano e de vivência nos espaços. A escola, enquanto espaço cotidiano de aprendizagem tanto acadêmica quanto sociocultural é uma representação da vida em sociedade. Diante de uma realidade social cada vez mais marcada por atos violentos e intolerantes como os eventos críticos, faz-se salutar retomar neste ambiente valores e propostas que suscitem a (re)construção de uma cultura de paz.

GEOGRAPHICAL EDUCATION AND ACTION MEASURES AGAINST CRITICAL EVENT CAUSE OR ACTIVE SHOOTER ATTACKS IN SCHOOL ENVIRONMENTS

ABSTRACT

Faced with a reality where violent attacks on school environments have become more frequent in Brazil, this study highlights the importance of geographic education from the early years as knowledge to be further explored in the school environment based on the geographical concepts of place and territory. Brazil still does not have specific protocols for civil actions in the context of critical events in the school environment, however, there are civil protocols released by renowned national and international security agencies, for which the participation of the school community is unique, primarily in prevention , and as a last resort, in an attempt to minimize the damage caused by the critical event trigger or active shooter. To contain this relatively recent reality in Brazil, the proposals of strong intolerance to bullying and the inclusion of a culture of peace in school curricula are valid, making the school an increasingly safe and welcoming place.

Keywords: Geographic education. Place and Territory. Critical event. Active Shooter. Civil protocol.

REFERÊNCIAS

ALERRT. Advanced Law Enforcement Rapid Response Training Program. Texas State University, s. d. Disponível em: <<https://www.avoiddenydefend.org/>>. Acesso em 22 abr 2023.

ARM Sul-Americana lançou neste ano de 2022 um curso especial com estratégias para aumentar a segurança e prevenção à VIDA em escolas e igrejas adventistas. 2022.
Disponível em URL: <<https://armsa.com/treinamento-em-gestao-de-riscos-reune-200-colaboradores-em-brasilia/>>. Acesso em 22 abr 2023.

BECKETT, Lois. 'No Notoriety': the campaign to focus on shooting victims, not killers. 2018. Disponível em URL: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/jul/07/no-notoriety-media-focus-victims-shooter>, Acesso em 05 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. Ensino de Geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2011. Col. Ideias em Ação.

CORRÊA, Wilcilene da Silva. O estado do arte do ensino de geografia no Brasil a partir do uso de novas tecnologias. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Defesa Civil de Curitiba. **Programa conhecer para prevenir.** Prefeitura de Curitiba, s.d. Disponível em:
<<https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/defesa-civil-conhecer-para-prevenir/797>>. Acesso em 20/05/2023.

Curso Alerta: Medidas e Contramedidas contra o Atirador Ativo. 23 abr 2023, Manaus-AM. Adventist Risk Management - ARM Sul-Americana.

DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

Defesa Civil na Educação – Conhecer Para Prevenir. Disponível em URL: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/defesa-civil-na-educacao-conhecer-para-prevenir/797>, acesso em 30 abr 2023.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura G. Cultura de paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas escolas. 4 ed. São Paulo: Palas Athena; Brasília: UNESCO, 2021. Disponível em URL: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379604>, acesso em 22 abr 2023.

EICHSTAEDT, Dirceu. Gerenciamento de Eventos Críticos: atuação policial diante de eventos críticos. 2020. Disponível em URL: <https://jus.com.br/artigos/85321/gerenciamento-de-eventos-criticos>, acesso em 22 abr 2023.

FOLLMAN, Mark; ANDREWS, Becca. How Columbine Spawned Dozens of Copycats: An obsession with the 1999 school shooting still fuels violent plots and attacks. 2015. Disponível em URL: <https://www.motherjones.com/politics/2015/10/columbine-effect-mass-shootings-copycat-data/>, Acesso em 05 maio 2023.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLZER, Werther. GEOgraphia - Ano V - No 10 - 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13458/8658>. Acesso em 01 mai 2023.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 12^a ed. Campinas-SP: Papirus, 2006.

MACHADO, Jones. **Gestão de crise no contexto de ataques a escolas: uma lição de casa multisectorial, multidisciplinar e integrada.** Observatório da Comunicação de Crise - UFSM. 2023. Disponível em URL: <https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatorio-crise/2023/04/19/artigo-gestao-de-crise-no-contexto-de-ataques-a-escolas-uma-licao-de-casa-multisectorial-multidisciplinar-e-integrada>.

Medidas a serem adotadas previamente ao evento crítico. In: CADERNOS DE SOCIOEDUCAÇÃO - primeira intervenção em crises. SILVA, Alex Sandro da; FEITOSA, Juliana Biazze; COSTA, Ricardo Peres da (Orgs). Disponível em URL: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/CADERNO_CRISES.pdf, acesso em 22 abr 2023.

MINOZZO, Paula et al. **Por que a escola é escolhida como alvo de massacres?** 2023. Disponível em URL: <https://novaescola.org.br/conteudo/16082/por-que-a-escola-e-escolhida-como-alvo-de-massacres#/cadastro-sucesso>, acesso em 22 abr 2023.

Por que o investimento bilionário em segurança nas escolas não impediu aumento de ataques nos Estados Unidos. 2023. Disponível em URL: <https://www.osul.com.br/por-que-o-investimento-bilionario-em-seguranca-nas-escolas-nao-impediu-aumento-de-ataques-nos-estados-unidos/>, acesso em 22 abr 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REINA, Eduardo. Onda de ataques a escolas impõe necessidade de resposta legislativa. **Revista Consultor Jurídico**, 25 abr 2023. Disponível em URL: <https://www.conjur.com.br/2023-abr-25/onda-ataques-escolas-impoe-necessidade-resposta-legislativa>, acesso em 05 maio 2023.

RIBEIRO, Mara Aline ; ARAUJO, A. P. C. ; VARGAS, I. A. ; WISIACK, S. C. ; ZANON, A. . **Espaço, Território e Lugar: contribuições da educação geográfica para a Escola Sustentável.** In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina: Por una América Latina unida y sustentable, 2015.

SANTOS, Virgílio M. dos. **O que é o Ciclo OODA de avaliação e tomada de decisão estratégica?** 2019. Disponível em URL: <https://www.fm2s.com.br/blog/o-que-o-ciclo-ooda>.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina-PR: Eduel, 2013.

Violence Prevention in Schools - Enhancement Through Law Enforcement Partnerships. U.S. Department of Justice. Federal Bureau of Investigation (FBI). 2017. Disponível em URL: <https://www.fbi.gov/file-repository/violence-prevention-in-schools-march-2017.pdf/view>, acesso em 22 abr 2023.

VLACH, Vânia Rúbia F. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. In: O ensino de geografia em questão e outros temas. **Terra Livre – AGB.** São Paulo: Marco Zero, 1987.

Recebido em 21/03/2023.
Aceito em 01/09/2025.